

V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
Área Temática: 6. Economia Social e Políticas Públicas

**UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DOS INDICADORES DE EDUCAÇÃO
NOS MUNICÍPIOS DO COREDE METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ NO
PERÍODO 1991-2007**

Gabriela da Silva Schumacher – Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – gabriela_schumacher@yahoo.com.br
Angélica Massuquetti – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – angelicam@unisinis.br

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar, a partir do processo de descentralização política, administrativa e fiscal ocorrido no Rio Grande do Sul em meados da década de 1990, a evolução dos indicadores socioeconômicos na área de educação dos municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Metropolitano Delta do Jacuí no período de 1991 a 2007. Para a realização desta pesquisa, a revisão bibliográfica compreendeu as principais políticas sociais de educação implementadas pelos governos federal e estadual a partir de publicações dos principais órgãos divulgadores destas ações sociais, como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul etc., bem como a análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e de outros indicadores relacionados à educação. Os resultados mostram que houve uma maior preocupação da União com o desenvolvimento socioeconômico a partir de 1990 e muitas ações foram realizadas em razão da descentralização administrativa das políticas sociais com a Constituição Federal de 1988. Em relação ao desenvolvimento dos municípios por meio do IDESE, identifica-se que houve a evolução do índice de educação, desde 1991 até 2007, e todas as cidades atingiram o alto nível de desenvolvimento. A análise realizada sobre o IFDM mostra que todos os municípios melhoraram seus índices de desenvolvimento entre 2000 e 2007, porém, somente dois municípios tiveram um alto nível de desenvolvimento: Porto Alegre e Cachoeirinha. No índice de educação, diferentemente do IDESE, os municípios registraram um nível regular ou moderado de desenvolvimento. O estudo mostra que, de 1995 a 2006, os municípios ampliaram seus gastos com as áreas sociais e estão destinando mais recursos para educação. Os programas de educação parecem ter sido mais efetivos do que, por exemplo, os programas voltados ao trabalho e renda, já que os municípios demonstraram um alto desenvolvimento no índice de educação apresentado pelo IDESE. É possível supor que este melhor desempenho está ligado à competência dos municípios em fomentar a educação do ensino infantil e fundamental. Por fim, apesar dos esforços que o país tem feito para atender a população no que tange às áreas sociais, ainda é preciso uma maior articulação dos programas para promover um desenvolvimento com equidade.

Palavras-chave: Descentralização; Desenvolvimento Socioeconômico; Educação.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico de uma região afeta o desenvolvimento socioeconômico da sua população residente. Este desenvolvimento, em parte, é promovido pelos governos (municipal, estadual e federal) por meio de políticas sociais, principalmente nas regiões mais industrializadas e de grande concentração populacional, onde as desigualdades se tornam mais expressivas. A promoção de políticas sociais busca melhorar as condições de vida da população, reduzindo as desigualdades sociais e proporcionando melhoras no âmbito da saúde, da educação, da habitação, da renda etc.

As políticas sociais são implementadas pelo Estado como forma de proteção social, visando a distribuição dos benefícios sociais e a diminuição das desigualdades produzidas pelo crescimento econômico (HÖFLING, 2001, p. 31). Contudo, esta promoção do desenvolvimento não pode ser entendida como um alívio imediato da pobreza, pois se faz necessário integrar esta população pobre ao restante da sociedade, como no caso do princípio de universalização dos direitos sociais (LAMPREIA, 1995, p. 18). O gasto público pode ser utilizado como indicador para medir os recursos que são destinados para as áreas de bens e serviços sociais e por meio dos gastos na área social é possível identificar a importância relativa desta área no conjunto de despesas do governo (RÜCKERT e RABELO, 2005, p. 243).

No Brasil, o processo de estruturação dos gastos com políticas públicas sociais se consolidou a partir da reorganização do sistema brasileiro com a nova Constituição Federal. Em 1988, a Constituição promulgou o processo de descentralização de competências políticas e administrativas, ampliando a autonomia política e fiscal dos estados e dos municípios. Houve uma realocação de recursos e uma melhora da participação dos municípios nas receitas fiscais mediante o aumento das transferências federais e estaduais. O governo federal atribuiu competências aos municípios no âmbito de políticas sociais, elevando os gastos municipais nas áreas de educação, de saúde e de assistência social (RÜCKERT et al., 2008, p. 3). No entanto, no que se refere às políticas de trabalho e renda, a Constituição assegura à União a competência exclusiva para legislar sobre a organização do Sistema Nacional de Emprego (IPEA, 2007a, p. 202).

A descentralização das políticas sociais no país possibilitou a expansão dos gastos nas áreas sociais e a municipalização das políticas, onde estados e municípios priorizaram suas ações e programas para melhorar o bem-estar da população. No que tange aos gastos sociais do estado do Rio Grande do Sul e de seus municípios, houve um aumento, no período de 1990 a 2001, de 10% no estado e de 135% em seus municípios (RÜCKERT et al., 2008). O reflexo dos gastos do governo federal com políticas sociais é verificado ao analisar os dados de desenvolvimento dos estados e dos municípios. O Rio Grande do Sul e seus municípios melhoraram suas posições em relação ao desenvolvimento humano na última década, pois todos os municípios, sem exceção, aumentaram seus indicadores de desenvolvimento. No estudo do desenvolvimento humano da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que utiliza 125 indicadores, obtidos através do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agrupados por temas (demografia, educação, renda, habitação, vulnerabilidade, trabalho, população, entre outros), é possível verificar essa evolução do

desenvolvimento socioeconômico citado, além de disponibilizar um instrumento de análise sobre a realidade socioeconômica da RMPA (ATLAS, 2008, p. 15).

Dentre os municípios do Rio Grande do Sul, destaca-se o conjunto de cidades que integra o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Metropolitano Delta do Jacuí – Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão – que, apesar de ser uma região de destaque no estado, ainda apresenta disparidades quanto ao nível de educação e de renda da população. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 2007, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí é a 3ª melhor região em nível de renda, porém, é a 11ª no nível de educação no estado (FEE, 2010b). Na análise feita pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) somente Porto Alegre e Cachoeirinha tiveram um alto nível de desenvolvimento em 2007, os demais municípios da região se encontram em estágio moderado de desenvolvimento (FIRJAN, 2010). O IDESE é um índice de desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul, elaborado pela Fundação Economia e Estatística (FEE), que leva em consideração um conjunto de indicadores econômicos e sociais nas seguintes esferas: educação, renda, saúde, saneamento e domicílio. Tendo como objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do estado, de seus municípios e dos COREDES, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O IDESE varia de zero a um e, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permite que se classifique o estado, os municípios ou os COREDES em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800) (FEE, 2010b). O IFDM é um índice de desenvolvimento calculado para todos os municípios brasileiros e elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que considera as três principais áreas de desenvolvimento: Emprego & Renda, Saúde e Educação. A metodologia do IFDM possibilita o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios e possui uma periodicidade anual. A classificação do IFDM se encontra entre zero e um, assim como o IDESE, com quatro categorias de desenvolvimento: baixo estágio de desenvolvimento (0 a 0,4), desenvolvimento regular (0,4 a 0,6), desenvolvimento moderado (0,6 a 0,8) e alto estágio de desenvolvimento (0,8 a 1,0) (FIRJAN, 2010).

O artigo pretende analisar as políticas sociais direcionadas para educação desenvolvidas pelos governos federal e estadual, que possuem abrangência maior sobre os municípios, e analisar a evolução dos principais indicadores destas áreas no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí (1991-2007). Nesse sentido, a indagação que orienta esta pesquisa é: Será que as

políticas sociais implantadas pelos governos (federal e estadual), no período de 1991 a 2007, foram suficientes para promover a qualificação profissional e melhorar o padrão de educação da população residente no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí?

Há muito tempo existe um interesse acadêmico por estudos e pesquisas que refletem e tentam combater as desigualdades regionais e sociais no estado do Rio Grande do Sul e no resto do Brasil. A minimização destas desigualdades está associada ao crescimento e ao desenvolvimento econômico de uma determinada região. Em parte, este desenvolvimento econômico é associado à educação, que visa aumentar a capacidade produtiva dos indivíduos. Portanto, um dos meios para se minimizar as desigualdades e promover o desenvolvimento pode ser a promoção de políticas sociais. Estas são de competência dos governos (federal, estadual e municipal) e devem acompanhar a evolução e a demanda da população para se tornarem realmente efetivas e surtir efeito na melhora de condições de vida e no aumento da produtividade de determinada região.

No sentido de contribuir com o debate para combater as desigualdades socioeconômicas é que são analisados os indicadores de desenvolvimento e as políticas sociais que afetam o COREDE Metropolitano Delta Jacuí. Esta região tem uma grande concentração de indústrias e de serviços e atrai um contingente populacional em busca de emprego, de educação e de melhores condições sociais. O deslocamento populacional e o crescimento produtivo exigem uma maior efetivação de políticas sociais que consigam atender a demanda da população instalada nesta região.

A pesquisa está desenvolvida em três seções, além da introdução e da conclusão: 1) Desenvolvimento e Políticas Sociais: a seção tem como objetivo analisar a evolução das políticas sociais de educação no país e no estado; 2) Material e Método: a seção tem como objetivo descrever a metodologia empregada e caracterizar a região de estudo: o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí; e 3) Resultados e Discussão: a seção tem como objetivo apresentar uma análise do perfil socioeconômico do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí no âmbito da educação a partir dos dados sociais disponíveis na região de pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICAS SOCIAIS

Nesta seção, pretende-se apresentar as políticas sociais relacionadas à educação no Brasil e no estado do Rio Grande, a partir da década de 1990. Como destaque, são apresentadas as políticas voltadas para a distribuição de oportunidades por meio do acesso a bens como educação, medidas importantes e que contribuem para uma distribuição de renda

mais igualitária. Além disto, também se destina a apresentar a evolução dos gastos sociais dos municípios do COREDE, com enfoque na área de educação, com o objetivo de verificar o aumento nas despesas após a inserção de políticas públicas voltadas para esta área.

2.1 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

O nível de educação de um país é, principalmente, resultado de décadas de investimentos dos recursos públicos oriundos da União, dos estados e dos municípios, embora haja a participação de instituições privadas. Estes recursos devem compreender a formulação de políticas voltadas para a educação, a manutenção e o desenvolvimento do ensino: programas de assistência aos estudantes, aumento e melhoria das escolas de diversos níveis e modalidades de ensino, entre outros (IBGE, 2010).

A motivação para um país investir em educação está no seu impacto sobre o desenvolvimento econômico. É possível afirmar que a educação está relacionada à ampliação da capacidade produtiva e das potencialidades dos indivíduos, influenciando, no longo prazo, no crescimento econômico.

Há uma relação entre renda e educação, já que a cada ano adicional que um indivíduo estuda, os seus rendimentos tendem a aumentar, assim como o grau de escolaridade dos pais reflete nos rendimentos futuros dos seus filhos. A estrutura educacional de uma família tem um papel importante na determinação do grau de desigualdade de rendimentos em um país. Portanto, melhorar a qualidade da educação daqueles indivíduos considerados mais pobres pode ser uma importante ferramenta para diminuir as desigualdades de renda (RAMOS e REIS, 2009, p. 18). Uma população com maior nível de educação gera a elevação nos salários por meio do aumento da produtividade. Além disso, também há um aumento na expectativa de vida das famílias, pois elas passam a ter mais recursos e os utilizam mais efetivamente. Em contrapartida, as famílias passam a reduzir seu tamanho, diminuindo o número de filhos, logo, aumentam sua qualidade de vida, tendo um aumento na renda *per capita* familiar. Este ciclo reduz o grau de pobreza no futuro (BARROS e MENDONÇA, 1997, p. 1).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, juntamente com demais normas, estatutos e leis, confere aos cidadãos brasileiros o direito à educação básica, reconhecendo a educação como um direito social e que seu fornecimento deve ser de responsabilidade das famílias e do Estado (IPEA, 2007a, p. 164). A Constituição instituiu o processo de descentralização nas áreas sociais, estabelecendo que os investimentos com manutenção e desenvolvimento do ensino por parte da União seriam equivalentes a 18% e os estados e os municípios participariam com 25% de suas receitas tributárias.

Os municípios têm como responsabilidade o ensino fundamental e infantil, os estados e o Distrito Federal são responsáveis pelo ensino fundamental e médio e a União se responsabilizaria pelo ensino superior (RÜCKERT et al., 2008, p. 23). Desde a Constituição, a educação brasileira vem passando por grandes avanços para ampliar o acesso da população a todos os níveis de ensino. Em 1996 foi instituído o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)** como um sistema de redistribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental. Conforme descrito anteriormente, os estados e os municípios devem destinar 25% das suas receitas à educação e o FUNDEF reserva ainda que deste percentual das receitas, 15% sejam destinados ao ensino fundamental (BRASIL, 2010).

Com o princípio de financiar todas as etapas da educação básica e destinar recursos para desenvolver programas educacionais que atinjam os jovens e adultos do país, instituiu-se em 2006 o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)**, por meio da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao FUNDEF. Este novo fundo amplia a redistribuição dos recursos arrecadados para todos os níveis da educação, incluindo o ensino médio e o terceiro ano, levando em consideração o desenvolvimento social das regiões do país. Aquelas regiões menos desenvolvidas e com menor gasto por aluno são prioritárias para receber os recursos federais (BRASIL, 2010). O FUNDEB também alterou o tempo de duração do ensino fundamental para 9 anos e o ingresso dos alunos a partir dos 6 anos de idade (IPEA, 2007a, p. 276).

Entretanto, mesmo após a inserção de políticas de universalização do ensino fundamental, o Brasil ainda apresenta um baixo nível educacional e uma desigualdade quanto à distribuição escolar, ou seja, o acesso à escolarização ainda não é igual para todos os cidadãos brasileiros. Em 2006, a taxa de analfabetismo entre brasileiros de 10 anos de idade ou mais ficou em 9,6%, sendo a primeira vez que a taxa ficou abaixo de 10% (CEPAL, 2008). Ainda assim, é um índice bem elevado se comparado com os índices internacionais: as taxas de analfabetismo em países como Chile, Argentina e Uruguai variam entre 2% e 4% (IPEA, 2008. P. 107). As regiões do país com maiores índices de analfabetismos, em 2007, são Norte (10,9%) e Nordeste (20,0%) (CASTRO, 2009, p. 680).

A média de estudo da população com idade de 15 anos ou mais entre 1992 e 2007 passou de 5,2 para 7,3 anos, ainda abaixo da escolarização mínima obrigatória estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que é de 8 anos de estudo. Entre as regiões do Brasil,

somente a Sudeste conseguiu atingir a média de 8 anos de estudo em 2007, a região Sul (7,6), Norte (6,8) e Nordeste (6,0) (CASTRO, 2009, p. 681).

Nas subseções a seguir são apresentados os principais programas e ações desenvolvidos no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir dos anos noventa, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Secretária de Educação do estado do Rio Grande do Sul.

2.1.1 Programas de desenvolvimento da política educacional nacional

Nesta subseção são apresentados os principais programas e ações desenvolvidos no Brasil, a partir dos anos noventa, por meio do MEC. Os programas atingem todos os níveis de educação: alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, cursos profissionalizantes e ensino superior.

A partir de 1996, surgiram fóruns estaduais e regionais de **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, pressionando mudanças na atuação do MEC. Em 2001, a União apoiou os estados e os municípios a promover esta modalidade de educação, ampliando a oferta de vagas na rede pública e os recursos destinados ao programa. O programa tem o apoio da União, porém, a responsabilidade pertence aos estados e aos municípios na promoção da alfabetização de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação ou se mantiveram afastados dos estudos e não concluíram o ensino fundamental e médio. O EJA é uma modalidade de ensino presencial desenvolvida por instituições de ensino e por outros estabelecimentos de ensino autorizados pelo Conselho Estadual de Educação. Em 2006, segundo dados da Secretária de Educação do Rio Grande do Sul, a modalidade de ensino EJA atingiu 206.193 mil matrículas nas esferas administrativas estadual, federal, municipal e particular (SE, 2010).

Em 1999, o governo federal instituiu o programa **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)**, em substituição ao programa de Crédito Educativo, com a finalidade de financiar a graduação no ensino superior aos estudantes matriculados em instituições não gratuitas (BRASIL, 2010). Em 2008, o programa contava com 445 mil contratos ativos e também passou a financiar estudantes de programas de mestrado e doutorado (IPEA, 2008, p. 98).

Em 2001 foi criado o **Bolsa-Escola**, programa destinado a alunos do ensino fundamental com o objetivo de assegurar a permanência de crianças de baixa renda nas escolas e reduzir os índices de evasão escolar e repetência. O programa concedia para as famílias um valor de R\$ 15,00 por criança, com idade entre 6 e 14 anos, matriculada no ensino fundamental. Em 2004, o programa Bolsa-Escola passou a integrar o programa Bolsa-

Família, programa de transferência de renda coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (IPEA, 2007a, p. 104).

O **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**, instituído em 1998, tinha como função a avaliação de competências e de habilidades desenvolvidas pelos alunos após a conclusão da educação básica. O exame passou a ser utilizado pelo **Programa Universidade para Todos (ProUni)** como critério de classificação para o ingresso de estudantes no ensino superior. O ProUni, instituído em 2004, tem como finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais para cursos de graduação em instituições públicas e privadas, para estudantes que não possuem diploma de graduação e com renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos (IPEA, 2007a, p. 184). Em 2007, o programa tinha 1,4 mil instituições credenciadas e beneficiou 310 mil estudantes em todo país (IPEA, 2009, p. 62).

Em 2003, o governo federal deu início a uma retomada das políticas públicas de alfabetização, criando o **Programa Brasil Alfabetizado**, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos em todo o território nacional. Os critérios para definir os beneficiários das ações de alfabetização são municípios com taxas de analfabetismo igual ou superior a 20% da população de 15 anos, municípios localizados nas regiões metropolitanas que registrem uma população analfabeta superior a 30 mil habitantes, além de segmentos sociais específicos, como populações indígenas, do campo, remanescentes de quilombos e pessoas com necessidades de educação especiais (IPEA, 2007a, p. 171). Atualmente, o programa tem prioridade em atender 1.100 municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 35%, sendo que 90% se localizam na região Nordeste do país (IPEA, 2007b, p.113).

Em 2004 foi criado o **Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar** destinado aos alunos de escolas públicas de ensino fundamental que residem em áreas rurais. Os recursos deste programa são repassados diretamente aos municípios para a manutenção de veículos e contratação de serviços de transporte escolar (IPEA, 2007a, p. 175).

Em junho de 2005, a Lei n° 11.129 instituiu o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)**, com o objetivo de executar ações integradas que promovam elevação do grau de escolaridade dos brasileiros. Além disso, teve também o objetivo de incentivar a conclusão do ensino fundamental, qualificando o jovem profissional através do desenvolvimento de ações comunitárias, exercendo a cidadania. O ProJovem é destinado a jovens entre 18 e 24 anos que tenham concluído até a 4ª (quarta) série do ensino fundamental e que não tenham vínculos empregatícios, pois o programa concede um auxílio financeiro de até R\$ 100,00 mensais aos jovens beneficiados. Também em 2005, a Medida Provisória n° 252, de 14 de junho de 2005, instituiu o **Projeto Escola de Fábrica**, que tem como finalidade

promover a formação profissional inicial e continuada para jovens com idade entre 16 e 24 anos de baixa renda, com até 1,5 salários mínimos. O MEC, em parceria com instituições privadas de cursos de formação profissional, estimula a incorporação destes jovens no mercado de trabalho. A Medida também criou o **Programa de Educação Tutorial (PET)** com o intuito de promover grupos de aprendizagem tutorial através da concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes da graduação. **O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**, também criado neste mesmo ano, oferece cursos de formação inicial e continuada e educação profissional técnica de nível médio para jovens e adultos com baixa escolaridade e concluintes do ensino fundamental (IPEA, 2005, p. 203-205).

No âmbito no ensino superior, o país desenvolve programas como o **Programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa e Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa**, que visam conceder bolsas de estudo, proporcionando aperfeiçoamento na formação do capital humano. Os programas constituem uma das principais linhas de fomento à pós-graduação e pesquisa e são gerenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Até 2007, os dois programas destinaram cerca de R\$ 1,4 bilhão para a área da pesquisa (IPEA, 2007b, p. 106).

2.1.2 Programas de desenvolvimento da política educacional estadual

Nesta subseção são apresentados os principais programas e projetos desenvolvidos pelo Rio Grande do Sul por meio da Secretária de Educação do estado.

Em 1996, institui-se o **Fundo Rotativo de Crédito Educativo (FNPROCRED)**, que tem como finalidade prover recursos ao **Programa de Crédito Educativo (PROCRED)**. Este programa tem como objetivo atender alunos do ensino superior, sem recursos próprios ou familiares, por meio da concessão de bolsa rotativa de estudo. Os alunos selecionados pelo programa recebem o crédito semestralmente no valor médio de 50% do valor da matrícula e mensalidades do curso (SE, 2010).

O estado desenvolve, desde 2004, o programa **Escola em Tempo Integral**, que tem como objetivo atender crianças e adolescentes de escolas públicas estaduais e de baixo poder aquisitivo. O projeto visa a permanência do aluno na escola em tempo integral, assistindo suas necessidades básicas educacionais para promover seu aprendizado escolar. Este programa se torna uma alternativa para reduzir os índices de evasão e repetência escolar (SE, 2010).

A Secretária de Educação do Rio Grande do Sul também desenvolve programa voltado para a capacitação contínua de professores e assessoria às escolas da rede pública estadual e

municipal. Através do **Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE)**, ambiente computacional, busca-se desenvolver a transformação da prática pedagógica com o uso de novas tecnologias da informação (SE, 2010).

2.1.3 Considerações finais sobre desenvolvimento e educação

Apesar dos esforços para alcançar a universalização da educação no Brasil, o que tem sido feito até o momento não foi suficiente para superar as desigualdades oriundas do passado, de difícil acesso à educação. Os programas desenvolvidos para combater o analfabetismo ainda têm como desafios combater as desigualdades regionais, onde a taxa no Nordeste é três vezes maior do que os índices da região Sul, assim como as desigualdades de localização domiciliar, onde a população da zona rural apresentou um índice três vezes acima da população urbana: a taxa de analfabetismo, em 2006, na zona rural foi de 24,1%. A zona rural também possui uma taxa de anos de estudo inferior quando comparada ao meio urbano, apresentando apenas 4,3 anos (2006). O acesso para que a população rural chegue às escolas ainda é precário, apesar da existência do programa de apoio ao transporte escolar. E sobre as desigualdades entre faixa etária se observa que a população acima de 40 anos apresenta um índice de analfabetismo de 19%, bem acima dos jovens entre 14 a 24 anos, que apresentaram um índice de 2,9% (IPEA, 2007a, p. 156).

No que tange aos desafios para a educação nos níveis infantil, ensino fundamental, médio e educação superior, ainda há muito a fazer no sentido de conceder o acesso à educação para a população de baixa renda, com menos de um salário mínimo por família. O Brasil apresentou baixo nível de cobertura no nível de ensino entre crianças de 0 a 3 anos com rendas de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por família (IPEA, 2007a, p. 157). Apesar de significativos avanços na universalização do ensino, o país não consegue combater os novos desafios, como queda de rendimento escolar, aumento das repetências, evasão escolar, acesso restrito ao ensino superior etc. Este acesso restrito ao ensino superior muito se dá em consequência do índice de evasão nos níveis fundamental e médio, assim como o ingresso dos jovens no mercado de trabalho e baixos rendimentos familiares.

Alguns programas sociais carecem de mecanismos para mobilizar e estimular jovens e adultos a frequentarem as escolas e darem continuidade na escolarização, principalmente daqueles com idade entre 15 e 24 anos, recém alfabetizados. Este grupo, no curto prazo, tende a voltar à condição de analfabeto, se não for integrado aos programas que desenvolvem o ensino fundamental e médio (IPEA, 2007a, p. 189). E ainda é preciso integrar os programas educacionais aos programas de trabalho e renda para diminuir a taxa de evasão escolar, para

que os jovens ingressem no mercado de trabalho sem abandonar os estudos. O quadro 1 apresenta um resumo dos principais programas de educação descritos anteriormente.

PROGRAMAS	OBJETIVO	INÍCIO
Educação de Jovens e Adultos	Promover o ensino fundamental e médio para jovens e adultos.	1996
Bolsa-Escola	Concessão de renda para as famílias garantirem a permanência das crianças nas escolas.	2001
Brasil Alfabetizado	Ações de alfabetização para população com taxas de analfabetismo igual ou superior a 20%.	2003
ProUni	Concessão de bolsas de estudos para cursos de graduação em instituições públicas e privadas.	2004
Apoio ao Transporte Escolar	Proporcionar o acesso à escola para a população rural.	2003
ProJovem	Incentivar a conclusão do ensino fundamental com qualificação profissional.	2005
Projeto Escola de Fábrica (Proeja)	Promover formação profissional para jovens de baixa renda.	2005

Quadro 1: Resumo dos principais programas federais de educação no Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em 2006, a União destinou R\$ 65 milhões para serem investidos em novas instituições de educação profissional e tecnológica, abrangendo programas como o Proeja e o Projovem, que visam a profissionalização dos estudantes. Para o EJA e Brasil Alfabetizados foram aplicados R\$ 412,2 milhões, ofertando 3,3 milhões de vagas para alunos do ensino fundamental e alfabetizando 1,6 milhões de novos alunos (IPEA, 2007b, p. 101). Com a concessão de bolsas de estudos do ensino superior em instituições públicas e privadas, a União realizou uma renúncia fiscal, em 2005, de R\$ 109 milhões (IPEA, 2007a, p. 185). No período de 1999 a 2007, as matrículas no Ensino Superior no Rio Grande do Sul aumentaram 59%, sendo as instituições privadas responsáveis por 84% das matrículas (ATLAS, 2008). Para o programa de Apoio ao Transporte Escolar foram repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, R\$ 276 milhões, beneficiando 3,5 milhões de alunos da rede pública (IPEA, 2007b, p. 103).

2.2 GASTOS SOCIAIS MUNICIPAIS: COREDE METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ

Esta seção destina-se a apresentar a evolução dos gastos sociais dos municípios, com enfoque na área de educação, com o intuito de verificar o aumento nas despesas após a inserção de políticas públicas voltadas para estas áreas. Entende-se por gasto social o recurso do setor público voltado para a melhoria das condições de vida da população e atendimento das demandas sociais (FERNANDES et al., 1998, p. 05). Com a descentralização das políticas sociais e a redistribuição dos recursos da União por meio do fundo de desenvolvimento FUNDEB, para educação, e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para trabalho, os municípios puderam ampliar os investimentos nas áreas sociais.

Na tabela 1 pode-se verificar a evolução total dos gastos dos municípios do COREDE. Os municípios aumentaram suas despesas sociais entre 1995 a 2006, mas Viamão foi o município com maior ampliação, uma variação de 291%. Seguindo esta evolução, Glorinha e

Gravataí aparecem na segunda e na terceira posição com uma variação de, respectivamente, 237% e 227% no mesmo período. Com destaque para Glorinha, que é um dos municípios menos desenvolvidos da região. Entre os municípios com menor variação de despesas com as áreas sociais, se enquadram Santo Antônio da Patrulha (73%) e Porto Alegre (81%), sendo Porto Alegre uma das cidades mais desenvolvidas da região e que possui uma demanda maior dos benefícios sociais devido ao seu alto contingente populacional.

Tabela 1: Evolução dos gastos sociais dos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí de 1995 a 2006

MUNICÍPIOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VARIAÇÃO (%) 1995-2006
Alvorada	100	109	108	141	149	168	---	180	183	196	209	246	146
Cachoeirinha	100	113	113	164	190	188	182	204	194	232	232	295	195
Eldorado do Sul	100	102	96	151	155	191	187	170	172	231	241	314	214
Glorinha	100	94	94	110	185	165	217	205	166	298	293	337	237
Gravataí	100	117	123	158	195	218	199	185	172	214	236	327	227
Guaíba	100	99	91	122	128	145	163	195	166	154	160	202	102
Porto Alegre	100	126	181	193	182	186	193	161	113	163	164	181	81
Santo Antônio da Patrulha	100	105	95	130	131	121	125	143	155	156	155	173	73
Triunfo	100	100	101	108	115	-	128	180	173	172	168	210	110
Viamão	100	140	118	206	240	256	271	285	290	279	340	391	291
Rio Grande do Sul	100	115	124	154	151	153	156	150	137	-	226	247	147

Fonte: TCE-RS (2010) para os dados de 2004-2006 e Fraga (2010) para os anos de 1995 a 2003.

Notas: (1) Os dados têm como base 1995 = 100. (2) Não há informações para Triunfo em 2000; Alvorada em 2001; e no Rio Grande do Sul em 2004. (3) Os dados apresentados referem-se às áreas de saúde, educação e assistência, os autores não apresentam dados sobre trabalho.

No que tange aos gastos somente com a área de educação, Glorinha se destaca novamente como o município que teve a maior variação entre 2000 e 2007. Como se pode observar na tabela 2, sua variação foi de 284,64%, seguida de Alvorada, que evoluiu a uma taxa de 183,84% no mesmo período. O município de Porto Alegre teve o maior gasto em valores absolutos em educação no ano de 2007, R\$ 355.029.119,58, e a menor variação nos gastos em educação no mesmo ano, 80,11%.

Tabela 2: Variação dos gastos com educação nos municípios no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí entre 2000 e 2006

MUNICÍPIOS	EDUCAÇÃO E CULTURA (2000) – R\$	EDUCAÇÃO (2007) – R\$	VARIAÇÃO (%)
Alvorada	11.901.838,96	33.782.379,77	183,84
Cachoeirinha	12.814.256,51	33.612.939,99	162,31
Eldorado do Sul	5.697.548,36	14.597.799,02	156,21
Glorinha	725.128,45	2.789.098,92	284,64
Gravataí	36.215.699,73	83.099.207,67	129,46
Guaíba	9.971.679,50	22.301.016,90	123,64
Porto Alegre	197.119.580,16	355.029.119,58	80,11
Santo Antônio da Patrulha	3.470.517,76	9.080.857,20	161,66
Triunfo	-	43.658.662,43	-
Viamão	18.191.111,74	50.488.915,90	177,55

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras a partir de Ramos e Reis (2009).

Notas: (1) Dados expressos em valores nominais. (2) O município que se encontra com campo vazio não teve seus dados disponibilizados.

Nesta seção foi possível verificar que, a partir dos anos 1990, houve uma ampliação da proteção social com a adoção de políticas e programas direcionados à diminuição da desigualdade de acesso à educação aos cidadãos brasileiros. A partir da adoção das políticas sociais como estratégia de desenvolvimento, os municípios ampliaram suas despesas com os bens e serviços sociais entre 1995 e 2006.

Para verificar a influência destes programas sociais no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, nas próximas seções é realizada uma análise da evolução socioeconômica dos municípios integrantes do Conselho.

3 MATERIAL E MÉTODO

Nesta seção é apresentado o procedimento metodológico utilizado para elaboração e desenvolvimento deste artigo.

3.1 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Os procedimentos metodológicos empregados no estudo são: a pesquisa bibliográfica sobre a importância das políticas sociais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio Grande do Sul e do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí; a coleta de dados secundários sobre educação no COREDE se dá a partir de instituições como a Fundação de Economia e Estatística (FEE), principalmente do IDESE, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), com a análise do IFDM, o IBGE, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SEPLAG), entre outros; e a identificação das principais políticas sociais promovidas pelos governos federal e estadual que atingem o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

A pesquisa se desenvolve por meio da análise da evolução das políticas sociais praticadas pelo governo federal, investigada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e através de órgãos do governo estadual que divulgam resultados e programas sociais do período analisado. As fontes utilizadas para a pesquisa sobre programas e dados estatísticos em educação no âmbito nacional são: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição responsável pela construção e divulgação de indicadores educacionais internacionais; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem como objetivo promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro e subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas para a área educacional; e MEC. As pesquisas sobre programas e dados disponíveis em educação, desenvolvidas pelo estado do Rio Grande do

Sul, são realizadas com base em informações divulgadas pela Secretária de Educação do estado (SE), órgão responsável por desenvolver e articular os programas educacionais com os municípios.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

Nesta subseção, apresentam-se os aspectos históricos de formação do estado do Rio Grande do Sul e a caracterização do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí e de seus municípios. A região que contempla este estudo é o conjunto de cidades que compõe o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, que é integrante dos 28 Conselhos Regionais do Rio Grande do Sul. Os COREDEs foram criados pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994, com o objetivo de integrar as ações do estado na região para promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável, visando melhorar a qualidade de vida da população por meio de uma distribuição igualitária da riqueza (SEPLAG, 2009).

O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí é uma região de grande concentração populacional e a maior participação no PIB estadual do Rio Grande do Sul (FEE, 2010a). Em 2007, este COREDE junto com os COREDEs Vale do Rio dos Sinos e Serra corresponderam a cerca de 53,2% do PIB total do estado. A região se destaca por sua forte participação no setor da indústria e serviço, sendo responsável por 26,8% da produção industrial e 31,5% na produção de serviços do estado (SEPLAG, 2009). Dentro do COREDE se destaca a cidade de Porto Alegre, capital do estado, que contribui com 24,5% (2007) da produção total de serviços no Rio Grande do Sul.

Esta região possui uma população de 2.477.577 habitantes, distribuída em uma área de 5.652,1 km² (2008), que representa, aproximadamente, 2% do território estadual. Ele é composto por 10 municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão. A taxa de analfabetismo do COREDE é de 4,36% (2000), apresentando uma expectativa de vida ao nascer de 72,07, a mesma média do estado (2000), e com um coeficiente de mortalidade infantil de 12,53 mil nascidos vivos (2007) (FEE, 2010a).

A distribuição do PIB *per capita* no estado se dá no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul (COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Serra, respectivamente), como citado anteriormente, regiões de maior participação no PIB total do Rio Grande do Sul. O PIB *per capita* do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, em 2007, foi de R\$ 20.628,00, ficando acima da média estadual, que foi de R\$ 15.813,00 no mesmo período. Porém, a região apresenta grande disparidade quanto à distribuição de benefícios sociais e do PIB *per capita*, sendo possível constatar esta desigualdade ao comparar os dados do município de Triunfo,

que apresentou, em 2007, um PIB *per capita* de R\$ 196.226,00, enquanto que o município de Alvorada apresentou um PIB *per capita* de R\$ 4.551,00 (FEE, 2010a).

O município de Alvorada também apresentou a menor expectativa de vida ao nascer (69,99 anos), enquanto os municípios de Viamão, de Glorinha e de Gravataí apresentaram os dados mais elevados do COREDE, 73,60 anos. Apesar de Glorinha ter uma das mais altas expectativas de vida ao nascer, o município apresentou o menor indicador de mortalidade infantil, que foi de 32,79 por mil nascidos vivos, seguido do município de Santo Antônio da Patrulha com 20,83 por mil nascidos vivos (2007). Os municípios de Guaíba e de Cachoeirinha se destacam por apresentar os melhores indicadores de mortalidade infantil, respectivamente, 7,36 e 8,50 por mil nascidos vivos, resultados inferiores à média do COREDE (12,53) no mesmo período.

Porto Alegre apresenta o maior contingente populacional do COREDE, com 1.438.830 habitantes, e também com a menor taxa de analfabetismo (3,45%), seguido do município de Cachoeirinha (4,51%), índices abaixo da média do estado, que é de 6,65%. Os municípios de Santo Antônio da Patrulha e de Glorinha mais uma vez apresentam baixos índices de desenvolvimento, com uma taxa de analfabetismo, respectivamente, de 12,97% e de 12,37% (FEE, 2010a).

Estas disparidades se dão, principalmente, pelas características de formação dos municípios, uns com participações significativas na indústria e serviços e pouco populosos e outros municípios com grande número de pessoas e sem desenvolvimento industrial. É necessária uma análise dos indicadores de desenvolvimento dos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí a fim de identificar quais os municípios que necessitam de maior apoio das políticas sociais de educação. Principalmente quando é analisado o PIB *per capita* dos municípios, pois se trata de uma média que esconde as disparidades de distribuição de renda (VIEIRA et al., 2007, p.07). Sendo assim, um município pode ter uma renda *per capita* muito elevada, mas uma distribuição desigual, que é caso dos municípios com concentração de indústrias e pouco populosos.

A próxima seção é destinada a analisar o desenvolvimento socioeconômico de cada município que compreende o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí e outras variáveis que podem expressar o impacto que os programas para promover a educação têm sobre esta região.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta seção são analisados os dados socioeconômicos do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, com enfoque nos índices de educação. Para analisar a evolução do desenvolvimento são utilizados o IDESE, divulgado pela Fundação de Economia e Estatística no período de 1991 a 2007, e o IFDM, divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro no período de 2000 a 2007. Os índices divididos por COREDE estão disponíveis somente a partir do ano 2000. Além do IDESE e do IFDM, é analisada a evolução dos municípios em outras variáveis relacionados à educação.

4.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO COREDE A PARTIR DO IDESE E DO IFDM

Analisando os dados do IDESE no período de 2000 a 2007, conforme descrito na seção anterior, pode-se verificar que o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí pertence ao grupo dos Conselhos mais desenvolvidos do estado, juntamente com os COREDEs Serra e Vale do Rio dos Sinos. Como se pode observar na tabela 3, o índice analisado evoluiu de 0,791 (2000) para 0,808 (2007), assumindo a segunda posição no *ranking* do IDESE no último período e atingindo um alto nível de desenvolvimento, ficando acima do índice geral do estado, que é de 0,770 (o COREDE Serra apresentou o maior valor, com 0,813). Nos índices relacionados à educação, renda e saúde, o COREDE também atingiu alto índice de desenvolvimento em 2007, respectivamente: 0,857 (11º lugar), 0,851 (3º lugar) e 0,840 (22º lugar). Todos os COREDEs do estado apresentam alto índice de desenvolvimento na educação desde 2000 e mantiveram este nível até 2007. Entretanto, no índice relacionado à renda, poucos foram os Conselhos que atingiram o alto nível de desenvolvimento em 2007, entre eles, Alto Jacuí, Vale dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí, Produção e Serra. No bloco correspondente às condições de saneamento e domicílios, a região apresenta o segundo melhor indicador (0,683), considerado um nível de desenvolvimento médio dentro da classificação do IDESE. Apesar do médio desenvolvimento neste bloco, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí ficou acima da média do estado, que foi de 0,569 (FEE, 2010b).

Tabela 3: IDESE dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e do Rio Grande do Sul em 2000 e 2007

COREDES	GERAL		EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		SANEAMENTO E DOMICÍLIOS	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Alto da Serra do Botucaraí	-	0,691	-	0,822	-	0,733	-	0,849	-	0,358
Alto Jacuí	0,722	0,779	0,844	0,866	0,725	0,872	0,849	0,857	0,471	0,521
Campanha	0,733	0,758	0,818	0,860	0,656	0,712	0,832	0,823	0,627	0,638
Campos de Cima da Serra	-	0,777	-	0,842	-	0,772	-	0,855	-	0,638
Central	0,730	0,760	0,837	0,852	0,662	0,751	0,862	0,856	0,561	0,583
Centro-Sul	0,706	0,728	0,802	0,838	0,651	0,701	0,845	0,844	0,524	0,530
Fronteira Noroeste	0,738	0,765	0,871	0,890	0,704	0,796	0,903	0,889	0,473	0,486

Fronteira Oeste	0,729	0,754	0,837	0,855	0,661	0,725	0,842	0,848	0,579	0,590
Hortênsias	0,716	0,737	0,830	0,870	0,681	0,747	0,863	0,853	0,488	0,479
Jacuí-Centro	-	0,724	-	0,845	-	0,706	-	0,817	-	0,527
Litoral	0,697	0,719	0,823	0,849	0,666	0,720	0,879	0,870	0,419	0,438
Médio Alto Uruguai	0,646	0,680	0,804	0,835	0,600	0,698	0,883	0,849	0,298	0,336
Metropolitano Delta do Jacuí	0,791	0,808	0,844	0,857	0,795	0,851	0,841	0,840	0,682	0,683
Missões	0,719	0,755	0,846	0,858	0,654	0,774	0,871	0,867	0,504	0,522
Nordeste	0,731	0,743	0,824	0,850	0,675	0,792	0,856	0,846	0,570	0,483
Noroeste Colonial	0,705	0,738	0,842	0,873	0,706	0,793	0,849	0,850	0,424	0,436
Norte	0,725	0,748	0,851	0,865	0,707	0,791	0,868	0,850	0,477	0,484
Paranhana-Encosta da Serra	0,690	0,709	0,830	0,851	0,651	0,686	0,872	0,884	0,408	0,415
Produção	0,739	0,769	0,850	0,868	0,752	0,844	0,834	0,823	0,518	0,542
Serra	0,794	0,718	0,861	0,837	0,765	0,775	0,864	0,850	0,684	0,411
Sul	0,728	0,813	0,823	0,881	0,686	0,825	0,833	0,849	0,570	0,694
Vale do Caí	0,717	0,740	0,836	0,832	0,685	0,732	0,909	0,836	0,437	0,579
Vale do Rio dos Sinos	0,761	0,781	0,836	0,856	0,799	0,773	0,857	0,887	0,553	0,443
Vale do Rio Pardo	0,679	0,711	0,813	0,850	0,676	0,865	0,844	0,851	0,384	0,560
Vale do Taquari	0,713	0,744	0,843	0,836	0,712	0,764	0,879	0,848	0,417	0,398
Rio Grande do Sul	0,747	0,770	0,838	0,855	0,738	0,807	0,852	0,848	0,561	0,569

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de FEE (2010b).

Ao analisar o IDESE dos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, pode-se verificar, na tabela 4, que apenas dois municípios conseguiram atingir um alto nível de desenvolvimento em 2007, Porto Alegre (0,835) e Cachoeirinha (0,819), lembrando que este índice é a média de quatro subíndices: Educação, Renda, Saúde e Saneamento e Domicílio.

Tabela 4: IDESE dos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí em 2007

MUNICÍPIOS	GERAL	EDUCAÇÃO	RENDA	SAÚDE	SANEAMENTO E DOMICÍLIOS
Alvorada	0,718	0,811	0,569	0,835	0,659
Cachoeirinha	0,819	0,865	0,899	0,846	0,667
Eldorado do Sul	0,724	0,819	0,780	0,860	0,435
Glorinha	0,639	0,805	0,718	0,855	0,177
Gravataí	0,756	0,866	0,747	0,855	0,555
Guaíba	0,745	0,887	0,705	0,846	0,543
Porto Alegre	0,835	0,866	0,891	0,836	0,748
Santo Antônio da Patrulha	0,678	0,858	0,675	0,855	0,323
Triunfo	0,736	0,849	0,852	0,888	0,355
Viamão	0,726	0,837	0,609	0,861	0,598
Rio Grande do Sul	0,770	0,855	0,807	0,848	0,569

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de FEE (2010b).

Estes municípios também configuram entre as cidades mais desenvolvidas, ao lado de Guaíba e de Gravataí, no bloco de educação. Como também ocorre na dimensão educação, todos os municípios do bloco saúde apresentam alto desenvolvimento. Na dimensão renda, apenas Cachoeirinha, Porto Alegre e Triunfo atingiram o alto desenvolvimento. Por fim, saneamento e domicílios é a área que exige maior atenção no Conselho, já que quatro municípios apresentam baixo desenvolvimento: Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Eldorado do Sul.

Na tabela 5, ao analisar a evolução do IDESE geral dos municípios do Conselho, no período 1991 a 2007, observa-se que Glorinha possui os piores resultados de desenvolvimento, registrando 0,527 em 1991 e passando para 0,639 em 2007 (médio desenvolvimento), contudo, foi a maior variação no período: 21,25%. Eldorado do Sul foi o

único município a manter o mesmo índice geral, entre 1991 e 2007 (0,724). Por outro lado, Porto Alegre, com os maiores índices em 1991 e em 2007, registrou a menor variação no período: 9,58%.

Tabela 5: IDESE Geral dos municípios integrantes do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí no período de 1991 a 2007

MUNICÍPIOS	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	VARIACÃO (%)
Alvorada	0,631	0,699	0,709	0,711	0,706	0,710	0,713	0,716	0,718	13,79
Cachoeirinha	0,716	0,783	0,791	0,796	0,800	0,807	0,810	0,812	0,819	14,39
Eldorado do Sul	0,724	0,706	0,698	0,707	0,705	0,710	0,704	0,714	0,724	0,00
Glorinha	0,527	0,599	0,592	0,598	0,600	0,614	0,623	0,632	0,639	21,25
Gravataí	0,671	0,718	0,725	0,727	0,727	0,734	0,744	0,749	0,756	12,67
Guaíba	0,677	0,707	0,706	0,715	0,720	0,722	0,733	0,740	0,745	10,04
Porto Alegre	0,762	0,819	0,819	0,821	0,822	0,824	0,829	0,832	0,835	9,58
Santo Antônio da Patrulha	0,602	0,656	0,655	0,661	0,663	0,667	0,670	0,671	0,678	12,62
Triunfo	0,660	0,705	0,703	0,715	0,724	0,737	0,722	0,731	0,736	11,52
Viamão	0,629	0,701	0,706	0,712	0,713	0,715	0,721	0,725	0,726	15,42
Rio Grande do Sul	0,688	0,747	0,750	0,753	0,757	0,760	0,761	0,764	0,718	13,79

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de FEE (2010b).

Na tabela 6 pode-se observar a evolução da educação nos municípios integrantes do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí no período de 1991 a 2007. Em 1991 todos os municípios do Conselho tinham um médio índice de desenvolvimento educacional, assim como o Rio Grande do Sul. A partir de 2000 todos já atingiam um alto nível de desenvolvimento: o município de Alvorada passou de 0,730 para 0,811, registrando um crescimento de 11,04% entre 1991 e 2007; Cachoeirinha registrou um índice de 0,776 em 1991 e passou para 0,865 em 2007, com um crescimento de 11,45%; o município de Eldorado do Sul passou de 0,726 para 0,819, com um crescimento de 12,78% no mesmo período; Glorinha, que tinha o pior índice em 1991 (0,692), registrou um crescimento de 16,28%, atingindo índice de desenvolvimento de 0,805 em 2007; Guaíba, que registrou um índice de 0,765 em 1991, atingiu o mais alto índice entre os municípios do Conselho em 2007 (0,887), com crescimento de 15,99%; o município de Porto Alegre, que desde 1991 já apresentava um alto índice de desenvolvimento (0,806), obteve a menor taxa de crescimento entre os municípios (7,38%), mas possui um dos maiores índices entre os municípios (0,866); Santo Antônio da Patrulha passou de 0,720 para 0,858 no mesmo período, com um crescimento de 19,21%, maior taxa de crescimento entre os municípios; Triunfo passou de 0,734 em 1991 para 0,849 em 2007, com um crescimento de 15,65%; Viamão passou de 0,750 para 0,837 no mesmo período, com crescimento de 11,57%.

Tabela 6: IDESE Educação dos municípios integrantes do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí no período de 1991 a 2007

MUNICÍPIOS	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	VARIAÇÃO (%)
Alvorada	0,730	0,811	0,814	0,820	0,825	0,825	0,818	0,816	0,811	11,04
Cachoeirinha	0,776	0,850	0,855	0,862	0,863	0,868	0,867	0,865	0,865	11,45
Eldorado do Sul	0,726	0,807	0,815	0,820	0,825	0,826	0,820	0,821	0,819	12,78
Glorinha	0,692	0,807	0,805	0,805	0,813	0,813	0,812	0,811	0,805	16,28
Gravataí	0,771	0,851	0,851	0,853	0,862	0,868	0,866	0,867	0,866	12,33
Guaíba	0,765	0,851	0,857	0,867	0,877	0,887	0,887	0,887	0,887	15,99
Porto Alegre	0,806	0,851	0,855	0,861	0,866	0,868	0,865	0,867	0,866	7,38
Santo Antônio da Patrulha	0,720	0,815	0,827	0,837	0,850	0,857	0,851	0,852	0,858	19,21
Triunfo	0,734	0,825	0,832	0,841	0,849	0,858	0,849	0,849	0,849	15,65
Viamão	0,750	0,822	0,825	0,830	0,832	0,832	0,835	0,840	0,837	11,57
Rio Grande do Sul	0,765	0,838	0,841	0,848	0,854	0,855	0,853	0,854	0,855	11,71

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de FEE (2010b).

Ao analisar o IFDM na tabela 7, pode-se notar que o Rio Grande do Sul manteve um nível de desenvolvimento moderado entre o período de 2000 e 2007. Na classificação geral entre os estados, o estado caiu da quinta para sexta posição em 2007. Em relação ao IFDM Educação, o estado ficou em 10º lugar no *ranking* nacional neste mesmo ano, revelando a pior posição do Rio Grande do Sul, em relação aos demais estados, nesta área de desenvolvimento.

Os municípios mantiveram sua classificação com nível moderado no IFDM, no mesmo período. Os municípios de Porto Alegre e de Cachoeirinha se destacam por serem os únicos municípios a atingir um alto estágio de desenvolvimento em 2007 (0,816 e 0,807, respectivamente). No bloco educação, calculado pelo IFDM, os municípios não apresentaram o mesmo desempenho do IDESE, já que nenhum município se classificou com alto estágio de desenvolvimento, porém, todos tiveram uma variação positiva entre 2000 e 2007. O melhor desempenho foi no município de Triunfo, que alcançou 0,736 em 2006, com um nível moderado de desenvolvimento. Três municípios tiveram um desenvolvimento regular em 2007, Alvorada, Eldorado do Sul e Guaíba, com índices de, respectivamente, 0,564, 0,597 e 0,597.

Tabela 7: IFDM Geral e Educação dos municípios integrantes do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí entre 2000 e 2007

MUNICÍPIOS	GERAL			IFDM EDUCAÇÃO		
	2000	2007	VARIAÇÃO (%)	2000	2007	VARIAÇÃO (%)
Alvorada	0,658	0,666	1,14	0,539	0,564	4,55
Cachoeirinha	0,704	0,807	14,60	0,620	0,672	8,32
Eldorado do Sul	0,706	0,769	8,91	0,574	0,597	3,99
Glorinha	0,610	0,612	0,40	0,550	0,629	14,28
Gravataí	0,668	0,773	15,80	0,559	0,613	9,51
Guaíba	0,627	0,705	12,41	0,564	0,597	5,85
Porto Alegre	0,693	0,816	17,65	0,670	0,716	6,81
Santo Antônio da Patrulha	0,619	0,641	3,59	0,635	0,700	10,17
Triunfo	0,685	0,737	7,53	0,609	0,736	20,78
Viamão	0,657	0,666	1,31	0,535	0,607	13,53
Rio Grande do Sul	0,650	0,759	16,70	0,639	0,678	6,00

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de FIRJAN (2010).

Nesta subseção foi possível analisar a evolução dos municípios quanto aos índices de desenvolvimento socioeconômico IDESE e IFDM. De acordo com o IDESE, pode-se observar que todos os municípios do Conselho atingiram um alto nível de desenvolvimento em educação, porém, no subíndice renda, poucos foram os municípios que conseguiram atingir este alto nível de desenvolvimento (2007). Os municípios com melhor desempenho no IDESE geral foram Porto Alegre e Cachoeirinha. Na análise feita pelo IFDM, os municípios não apresentaram um bom desempenho se comparado com o IDESE, sendo que nem Porto Alegre conseguiu um estágio de alto desenvolvimento no IFDM em 2007. No IFDM Educação, destaca-se que houve evolução em todos os municípios, mas nenhum atingiu o alto estágio de desenvolvimento. Na próxima subseção é feita uma análise de outros indicadores, na área de educação, dos municípios do COREDE.

4.2 EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO COREDE METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ

O Rio Grande do Sul tinha 1.740.723 alunos matriculados no Ensino Fundamental em 2000 e, em 2007, esse número caiu 7,33% (1.613.107). Entre os municípios que fazem parte do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, Glorinha foi o que registrou um maior aumento de matrículas nesta modalidade de ensino, crescendo 21,16%. Além de Glorinha, apenas mais três municípios registraram aumento nas matrículas do Ensino Fundamental: Eldorado do Sul (15,47%), Alvorada (7,15%), e Viamão (4,05%). Os demais municípios, assim como o estado, tiveram taxas decrescentes, Guaíba foi o que apresentou maior redução no número de matrículas, 12,54% (INEP, 2010). Na tabela 8 é possível observar esta evolução.

Tabela 8: Número de alunos matriculados nos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí entre 2000 e 2007

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (NÍVEL TÉCNICO)
	2000	2007	Variação	2000	2007	Variação	2000	2007	Variação	2007
Alvorada	33.641	36.047	7,15	5.539	7.461	34,70	5.067	4.638	-8,47	112
Cachoeirinha	19.482	18.903	-2,97	6.800	6.344	-6,71	4.088	2.650	-35,18	1.339
Eldorado Sul	4.866	5.619	15,47	463	1.135	145,14	1.370	582	-57,52	0
Glorinha	865	1.048	21,16	205	331	61,46	158	114	-27,85	0
Gravataí	41.778	39.940	-4,40	9.621	10.758	11,82	4.686	4.499	-3,99	1.571
Guaíba	17.135	14.986	-12,54	5.095	4.242	-16,74	3.371	2.256	-33,08	1.220
Porto Alegre	218.281	199.189	-8,75	66.482	55.188	-16,99	46.366	22.647	-51,16	13.198
Santo Antônio da Patrulha	5.829	5.608	-3,79	1.658	1.558	-6,03	489	1.001	104,70	0
Triunfo	4.222	4.166	-1,33	768	1.401	82,42	1.126	456	-59,50	299
Viamão	39.600	41.204	4,05	7.793	9.688	24,32	4.234	5.868	38,59	421
Rio Grande do Sul	1.740.723	1.613.107	-7,33	465.882	439.953	-5,57	251.489	186.116	-25,99	77.410

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de INEP (2010).

Nota: (1) Número total de matrículas em escolas municipais, estaduais e privadas. (2) Para o ano de 2000 o INEP não apresentou dados das matrículas referentes à Educação Profissional de Nível Técnico.

Na modalidade do Ensino Médio, que atende alunos com faixa etária entre 15 e 17 anos, o número de cidades com aumento nas matrículas foi superior ao Ensino Fundamental em 2007. Os municípios com taxas de crescimento mais expressivas foram Eldorado do Sul (145,14%), Triunfo (82,42%), Glorinha (61,46%), Alvorada (34,70%), Viamão (24,32%) e Gravataí (11,82%). A taxa de crescimento para o Rio Grande do Sul, para o Ensino Médio, foi negativa (-5,57%), porém, abaixo do registrado no Ensino Fundamental. As matrículas para a modalidade de ensino para Jovens e Adultos, que visa atender aquelas pessoas que não completaram o Ensino Fundamental e Médio em idade escolar, registrou queda em seu número na maioria dos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí entre 2000 e 2007. Os municípios que registraram taxas positivas foram apenas Santo Antônio da Patrulha (104,70%) e Viamão (38,59%). As cidades com maior declínio no número de matrículas foram Triunfo (-59,50%), Eldorado do Sul (-57,52%) e Porto Alegre (-51,16%). Na modalidade de Educação Profissional não há dados de alunos matriculados em 2000, talvez pelo motivo de a União somente em 2005 criar programas que ampliam a formação profissional dos jovens no país. Em 2007, Porto Alegre foi o município com maior número de alunos matriculados, 13.198 matrículas, muito provavelmente por ter a maior densidade demográfica entre as cidades do Conselho.

Nesta subseção foi possível analisar a evolução das matrículas em algumas modalidades de ensino nos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, onde se pode observar que o número de matrículas reduziu-se na maioria dos municípios. Esta redução no número de matrículas pode estar associada à evasão escolar e à necessidade de ingresso no mercado de trabalho para aqueles jovens que pertencem às famílias com baixos rendimentos.

Nesta seção, nota-se que apesar da redução no número de matrículas, os municípios apresentaram evolução do índice de educação, já que todos se enquadram no alto nível de desenvolvimento educacional, de acordo com o IDESE. As políticas públicas se fazem necessárias para diminuir estas diversidades e aumentar os indicadores de desenvolvimento econômico e social da população. Pode-se notar na seção dois a atenção que o país vem direcionando para as áreas de educação, ampliando os programas sociais a fim de atender aquela parte da população que tem dificuldades de acesso à educação e, conseqüentemente, de ingresso no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico de uma determinada região vem acompanhado de desigualdades sociais, que atingem, principalmente, aquela parcela da população que é mais desprovida de recursos e não consegue acompanhar o ritmo imposto pelo crescimento econômico. Esta população necessita do Estado para ter acesso aos serviços sociais, como saúde, educação, saneamento, habitação, trabalho etc. No Brasil, pode-se observar que a partir da década de 1990 houve mudanças políticas que fizeram com que o Estado desse uma maior importância aos serviços sociais, ampliando os recursos destinados para estas áreas, e criasse diversos programas governamentais com o intuito de aumentar o nível educacional da população e colocá-la no mercado de trabalho. Contudo, o país ainda apresenta grandes desigualdades regionais de acesso à educação e renda e estas, por sua vez, refletem dentro dos estados.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização do poder público (política, administrativa e fiscal). Os COREDES, formados em 1994 no Rio Grande do Sul, foram a maneira que o estado buscou para se enquadrar no processo de descentralização política e um rompimento da forma tradicional da gestão pública. Essa descentralização criou um novo formato de desenvolvimento econômico, pensado na esfera local e direcionado para a união de objetivos comuns entre população e governantes. Os Conselhos têm o objetivo de constituir um espaço, no âmbito regional, que se destine a formar parcerias econômicas e sociais a partir da articulação política com interesses locais e regionais.

Desta forma, esta pesquisa analisou o IDESE, índice utilizado para medir o desenvolvimento econômico e social dos municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento Metropolitano Delta do Jacuí, e o IFDM. A região é uma das áreas mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul, concentrando a maior parte da população do estado e contribuindo com a maior parcela do PIB estadual.

O IDESE geral do COREDE, desde que começou a ser calculado em 2000 (0,791), mostra que a região passou de médio para alto desenvolvimento, na classificação do índice, atingindo a pontuação de 0,808, sendo o segundo colocado entre os demais Conselhos em 2007. Porém, este alto nível de desenvolvimento não atinge todos os municípios que compreendem o COREDE, já que apenas Cachoeirinha e Porto Alegre chegaram a um nível alto de desenvolvimento em 2007, respectivamente, 0,819 e 0,835. Os demais municípios tiveram um médio desenvolvimento em 2007, assim como o estado, que teve um índice de

0,767. Depois de Porto Alegre e de Cachoeirinha, os municípios melhor posicionados foram Gravataí, que atingiu 0,756, e Guaíba com 0,745.

No bloco da educação, subíndice que compõe o IDESE geral, todos os municípios do COREDE tiveram alto nível de desenvolvimento em 2007. Verificou-se que, desde 2000, estas cidades já se enquadravam com alto índice. O município de Guaíba atingiu o mais alto índice entre os municípios do Conselho em 2007 (0,887), seguido de Gravataí e de Porto Alegre com o mesmo índice de 0,866. Porto Alegre é um município de destaque, pois desde 1991 já apresentava um alto índice de desenvolvimento: 0,806 em educação.

Mesmo com alto nível de desenvolvimento em educação, os municípios tiveram uma redução no número de alunos matriculados. Os dados apresentados sobre algumas modalidades de ensino mostram que houve uma redução do número de matrículas entre 2000 e 2007 e foram poucos municípios que apresentaram taxas de crescimento positivas, como Alvorada, Eldorado do Sul, Glorinha e Viamão (ensino fundamental); Alvorada, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Triunfo e Viamão (ensino médio); e Santo Antônio da Patrulha e Viamão (educação de jovens e adultos).

No IFDM, os municípios que integram o Conselho apresentaram uma classificação de regular a moderado desenvolvimento e somente Cachoeirinha e Porto Alegre conseguiram um alto estágio de desenvolvimento em 2007, com índices de 0,807 e 0,816. No índice de educação, o desempenho não aconteceu de modo similar ao IDESE, pois nenhum município teve um alto desenvolvimento, ou seja, todos repetiram a classificação geral, com regular e moderado nível de desenvolvimento (melhor resultado obtido pelo município de Triunfo, com 0,736).

Na análise feita sobre as despesas municipais no período de 1995 a 2006, pode-se observar que todos os municípios ampliaram seus recursos para as áreas sociais. Os municípios que tiveram maiores variações de gastos no período foram aqueles registrados com médio desenvolvimento a partir do IDESE de 2007: Viamão com uma variação de 291% e Glorinha com 237%. Estes municípios foram aqueles que também tiveram uma maior variação de despesas em educação entre 2000 e 2006.

Os programas de educação parecem ter sido efetivos, já que os municípios demonstraram um alto desenvolvimento no índice de educação apresentado pelo IDESE. É possível supor que este melhor desempenho está ligado à competência dos municípios de fomentar a educação do ensino infantil e fundamental.

Por fim, sugere-se que novos estudos sejam realizados sobre a ótica dos programas sociais desenvolvidos pelos governos federal e estadual, a fim de identificar a real parcela da população beneficiada por estas ações e como alterou a qualidade de vida destes indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: PNUD, Fundação João Pinheiro, ObservaPOA, Metroplan, 2008. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/boneco_atlasdhcorrigido.pdf>. Acesso em: 23 out. 2009.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. O investimento em educação e desenvolvimento econômico. **Textos para Discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 525, p. 1-14, nov. 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0525.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010a.
- CASTRO, Jorge Abrahão. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. **Sociedade e Educação**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0330108.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. CEPAL. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2010.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- FEEDADOS. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/seI_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 20 de Nov. 2010.
- FERNANDES, Maria Alice da Cunha et al. Gasto Social das Três Esferas de Governo – 1995. **Textos para Discussão IPEA**, Brasília, n. 598, p.1-58, out, 1998. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_598.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2010.
- FRAGA, Wagner Santana. **O efeito dos gastos sociais municipais nos indicadores de qualidade de vida dos municípios gaúchos: O caso do COREDE Metropolitano Delta Do Jacuí**. 2010. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas). Curso de Ciências Econômicas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. Disponível em: <<http://fee.tche.br>>. Acesso em: 03 maio 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- HÖFLING, Heloísa de Mattos. Estado e políticas (sociais) públicas. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2009.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 set. 2010.

INEP. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 203-205, ago. 2005. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bps11.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Rio de Janeiro, edição especial, n. 13, p. 155-192, 2007a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/BPS_13_completo.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2010.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 100-136, fev. 2007b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/bps14_completo.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2010.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-118, mar. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/16_completo.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2010.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º17, p.17-151, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume02/bps_completo_2.pdf>. Acesso em: 05 set. 2010.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 9, n. 24, p. 9-74, maio-ago. 1995.

RAMOS, Lauro; REIS Maurício. A escolaridade dos pais, os retornos à educação no mercado de trabalho e a desigualdade de rendimentos. **Textos para Discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 1442, p. 1-23, dez. 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1442.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.

RIO GRANDE DO SUL Secretária de Planejamento e Gestão do Estado. SEPLAG. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/principal.asp>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Estado. SE. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 17 de maio 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

RÜCKERT, Isabel N.; BORSATTO, Maria Luiza; RABELO, Mercedes. Finanças públicas e gastos sociais nos municípios do RS: 1995-2003. **Textos da Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 41, set. 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/041.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

RÜCKERT, Isabel N.; RABELO, Mercedes. As finanças públicas e a descentralização das políticas sociais nos municípios do Rio Grande do Sul, 1995-2001. **Revistas Eletrônicas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/273>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

VIEIRA, Cilane da. R; ALBERT, Carla Stefania; BAGOLIN, Izete Pengo. Crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil: uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais. **Textos para Discussão PUCRS**, Porto Alegre, n. 03, 2007. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/ppgfiles/files/faceppg/ppge/texto_3.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2010.